

[Artigos Originais]

Interseccionalidade da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras: Mudanças e Permanências em Quatro Décadas*

Marcelo Gomes Ribeiro¹

¹Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles.

✉ E-mail: marceloribeiro@ippur.ufrj.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7448-0690>

Paula Guedes Martins Ferreira²

²Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

✉ E-mail: paulaguedes@poli.ufrj.br  ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4056-1381>

Bianca Borges da Silva Leandro³

³Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz e doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

✉ E-mail: bianca.leandro@fiocruz.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2589-8115>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.384>

Banco de dados: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/AHIKPP>



*Gostaríamos de agradecer o financiamento concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a realização da pesquisa em que se insere este artigo por meio da concessão da Bolsa Produtividade em Pesquisa Nível 2, Processo no 309781/2023-0. Também agradecer o financiamento concedido pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) – por meio da bolsa de pesquisa Jovem Cientista do Nosso Estado, Processo no E26/200.279/2023. Ambas as bolsas foram concedidas ao primeiro autor.

Resumo

Interseccionalidade da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras: Mudanças e Permanências em Quatro Décadas

Este artigo aborda a evolução da estrutura social das metrôpoles brasileiras sob a perspectiva da interseccionalidade, entre 1982 e 2022, analisando, de forma integrada, as dimensões de classe, raça e sexo. Para a aproximação da dimensão de classe utilizou-se as categorias sócio-ocupacionais do Observatório das Metrôpoles, conjugadas com os dados raciais e de sexo disponíveis nos levantamentos domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados permitem afirmar que, apesar da ampliação de posições sociais mais elevadas para as mulheres, especialmente, e para as pessoas negras, de modo mais tímido, a parte superior da estrutura social das metrôpoles brasileiras continua marcada pelas desigualdades de classe entre brancos e negros. Na parte inferior, todavia, a estrutura social continua expressando desigualdades entre homens e mulheres e entre brancos e negros. O estudo também evidencia a importância da análise interseccional em estudos populacionais a fim de se identificar diferentes situações de desvantagens e desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: estratificação social; interseccionalidade; desigualdade social; metrópole

Abstract

Intersectionality of the Social Structure of Brazilian Metropolises: Changes and Continuities over Four Decades

This paper deals with the evolution of the social structure of Brazilian metropolises from the perspective of intersectionality, between 1982 and 2022. It analyzes the dimensions of class, race and gender in an integrated way. The author addressed the class dimension using the socio-occupational categories of Observatório das Metrôpoles, combined with the racial and gender data available at the household surveys of IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). The results show that, despite the expansion of higher social positions for women specifically, and for black people more timidly, the upper part of the social structure of Brazilian metropolises still presents class inequalities between whites and blacks. At the bottom, however, the social structure still expresses inequalities between men and women and between whites and blacks. The paper also emphasizes the importance of intersectional analysis in population studies to identify different situations of disadvantage and social inequality in Brazil.

Keywords: Social Stratification; Intersectionality; Social Inequality; Metropolis

Résumé

Intersectionnalité de la Structure Sociale des Métropoles Brésiliennes : Changements et Permanences dans Quatre Décennies

Cet article aborde l'évolution de la structure sociale des métropoles brésiliennes sous l'angle de l'intersectionnalité, entre 1982 et 2022, en analysant de manière intégrée les dimensions de classe, race et sexe. Pour approcher la dimension de classe, nous avons utilisé les catégories socioprofessionnelles de l'Observatoire des Métropoles, combinées avec les données raciales et de sexe disponibles dans les enquêtes à domicile de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE). Les résultats permettent d'affirmer que, malgré l'élargissement de positions sociales plus élevées pour les femmes, en particulier, et pour les personnes noires, dans une moindre mesure, la partie supérieure de la structure sociale des métropoles brésiliennes reste marquée par les inégalités de classe entre blancs et noirs. À l'autre extrémité, la structure sociale continue de refléter des inégalités entre hommes et femmes et entre blancs et noirs. L'étude souligne également l'importance de l'analyse intersectionnelle dans les études démographiques afin d'identifier les différentes situations de désavantages et d'inégalités sociales au Brésil.

Mots-clés : stratification sociale; intersectionnalité; inégalité sociale; métropole

Resumen

Interseccionalidad de la Estructura Social de las Metrópolis Brasileñas: Cambios y Permanencias en Cuatro Décadas

Este artículo examina la evolución de la estructura social de las metrópolis brasileñas desde la perspectiva de la interseccionalidad, entre 1982 y 2022, analizando de forma integrada las dimensiones de clase, raza y género. La clase se analizó utilizando las categorías socioprofesionales del Observatório das Metrópoles, combinadas con los datos raciales y de género disponibles en las encuestas de hogares del IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Los resultados muestran que, a pesar de la expansión de posiciones sociales más elevadas para las mujeres en particular, y para los negros más tímidamente, la parte superior de la estructura social sigue marcada por las desigualdades de clase entre blancos y negros. En la parte inferior, la estructura social sigue expresando desigualdades entre hombres y mujeres y entre blancos y negros. El estudio destaca la importancia del análisis interseccional en los estudios de población para identificar las diferentes situaciones de desventaja y desigualdad social en Brasil.

Palabras clave: estratificación social; interseccionalidad; desigualdad social; metrópolis

Introdução

Este artigo aborda a evolução da estrutura social das metrópoles brasileiras sob a perspectiva da interseccionalidade, entre 1982 e 2022. O olhar interseccional foi feito com base na relação entre uma estrutura de classes, construída a partir da composição de categorias sócio-ocupacionais e fundamentada na abordagem teórica de espaço social de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2008) – elaborada e recentemente revista pelo Observatório das Metrôpoles (Observatório, 2023) – e as categorias raciais e de sexo, disponíveis nos levantamentos domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A abordagem da interseccionalidade é utilizada sob o argumento de que a análise das desigualdades sociais, com base nas dimensões de classe, de gênero e de raça, precisa ser realizada de maneira integrada, tendo em vista que essas dimensões operam conjuntamente como mecanismos geradores e reprodutores das desigualdades (Pereira, 2021).

Nesse período de 40 anos, aconteceram muitas transformações na economia e na sociedade brasileiras que tiveram impactos na estrutura social de suas principais metrópoles (Ribeiro, 2024). Do ponto de vista das transformações econômicas, foi um período no qual se configurou pelo processo de desconcentração produtiva metropolitana e, também, pela desindustrialização do país, decorrente tanto do esgotamento da política de substituição de importações, da reestruturação produtiva nos anos 1990, da nova política macroeconômica adotada no Brasil, além do efeito China sobre as exportações e importações brasileiras. Esses processos, em geral, estiveram igualmente relacionados com a ampliação do setor de serviços, que se tornou mais diversificado e complexo, especialmente pela incorporação das novas tecnologias da comunicação e informação (Gomes, 2020; Jacinto, Ribeiro, 2015).

Foi um período que se caracterizou pela redução da taxa de fecundidade, contribuindo para a redução do tamanho das famílias. Ao mesmo tempo, essa fase da transição demográfica permitiu que parte importante das mulheres pudesse se inserir no mercado de trabalho (Paiva, Wajnman, 2005; Wajnman, 2016). Esse comportamento, também, se fez devido às mudanças nos arranjos familiares, quando se passou a configurar unidades domésticas monoparentais decorrentes das mudanças culturais sobre o papel da mulher na família e no mercado de trabalho (Ribeiro, 2015). Outro aspecto social importante foi a expansão educacional e o correspondente aumento dos níveis de escolaridade da população brasileira, especialmente das mulheres (Beltrão, Alves, 2009).

Ainda no que tange ao acesso à educação, no período em estudo, foi observado, como dito, um aumento expressivo do nível de escolaridade da população brasileira, dentre outros aspectos pode-se apontar a expansão do ensino superior público e privado no país como importante para o acesso a ocupações mais elevadas da estrutura social que, em geral, demandam maiores níveis de escolaridade e habilidades específicas (Senkevics, 2021). A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas foi acompanhada também pela política de cotas raciais (Lei Federal nº 12.771/2012¹) que possibilitou a ampla inserção educacional da população negra nesse segmento formativo, contribuindo para o aumento do seu nível de escolaridade e, por sua vez, para a ampliação do nível de escolaridade das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (Trevisol e Nierotka, 2015; Lima, Campos, 2020). O volume de matrículas na educação superior saiu de aproximadamente 1 milhão, em 2000, para 9,5 milhões de estudantes em 2021. Entretanto, apesar de tal expansão, observa-se uma baixa taxa líquida de escolarização entre os diferentes grupos sociais, sendo 38,3% para mulheres brancas, 28,6% para homens brancos, 22,2% para mulheres negras e 14,7% para homens negros (Brasil, 2022).

Ao considerar as transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas no Brasil nas últimas quatro décadas, o objetivo desse estudo é compreender como se comportou a estrutura social das principais metrópoles brasileiras diante desse conjunto de transformações. Ou seja, quais mudanças ou permanências podemos observar na estrutura social dessas metrópoles? As mudanças ocorridas contribuíram para o aprofundamento das desigualdades estruturais existentes historicamente nas metrópoles ou elas colaboraram para a redução dessas desigualdades? Como aquelas transformações colaboram para a compreensão das mudanças ocorridas na estrutura social? E, o que explica as permanências das desigualdades da estrutura social?

Os resultados que alcançamos nos permitem afirmar que, apesar da ampliação de posições sociais mais elevadas para as mulheres, especialmente, e, para as pessoas negras, de modo mais tímido, as posições superiores da estrutura social das metrópoles brasileiras continuam marcadas pelas desigualdades de classe entre brancos e negros. Nas posições inferiores, todavia, a estrutura social continua expressando as desigualdades entre homens e mulheres e entre brancos e negros.

A ampliação da participação das posições sociais mais elevadas para as mulheres e para as pessoas negras precisa ser compreendida à luz daquele conjunto de transformações ocorridas no país. No entanto, entre os ele-

mentos desse conjunto de transformações, há diferenças no modo como cada um deles contribuiu para o melhor posicionamento das mulheres brancas e das pessoas negras em geral. A persistência das desigualdades precisa ser vista a partir da inércia social que sustenta essas desigualdades, que foram historicamente construídas.

No entanto, para além da compreensão das mudanças de posição social vista à luz das transformações estruturais, é preciso considerar também a ação dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos feministas e dos movimentos negros, que têm contribuído para a constituição de uma nova consciência social, permitindo tanto a redução de barreiras sociais baseadas na discriminação de gênero ou de raça para o alcance de posições sociais mais elevadas – mesmo que ainda tímida e de modo mais expressivo para as mulheres brancas –, quanto mudanças na autodeclaração nas pesquisas demográficas, especialmente relativa à categoria de cor ou raça, resultando na ampliação de pessoas negras no país (Guimarães, 2023).

Para a análise da evolução da estrutura social das metrópoles brasileiras, utilizamos os dados provenientes de pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, de 1982 e de 2022 (IBGE, 1982; IBGE, 2022). Para tanto, considera-se a estrutura social a partir da correspondência entre a estrutura de classe – construída por meio da agregação de categorias sócio-ocupacionais (Observatório, 2023), sexo e cor ou raça. A análise foi realizada para as principais metrópoles brasileiras², com dados disponíveis em ambas as bases de dados.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta Introdução. Na segunda seção, é realizada a discussão sobre a estrutura social, conjugando a concepção de espaço social e de interseccionalidade. Na terceira, são apresentados os procedimentos metodológicos de construção da representação da estrutura social das principais metrópoles brasileiras. Na quarta seção, são analisados os resultados encontrados. E, por fim, na última, são apresentadas as conclusões.

Espaço social e interseccionalidade

A estrutura social brasileira contemporânea é complexa. Novas configurações e manifestações operadas no mundo do trabalho refletem-se fortemente em diferentes âmbitos nas relações sociais dos indivíduos e na própria dinâmica do espaço social. De acordo com Bourdieu (2008), o espaço social é um espaço multidimensional, relacional e dinâmico no qual a sociedade pode ser concebida como um campo de forças no qual

os indivíduos são socialmente posicionados, uns em relação aos outros. Analisar o espaço social permite identificar hierarquizações sociais que estão entrelaçadas com aspectos de raça, situação econômica, sexo etc. O mesmo autor indica que as distâncias espaciais entre os grupos vinculados a tais marcadores expressam também distâncias sociais que evidenciam mecanismos de segregação e de desigualdades. A ausência ou abundância de diferentes tipos de capitais (econômico, cultural, político e social) irá demarcar a posição dos indivíduos no espaço social e tornar possível a diferenciação de classes. Os agentes ou grupos sociais podem manter suas posições no espaço social ou mudar ao longo do tempo, apresentando trajetórias ascendentes ou descendentes.

Com base em tal orientação, o Observatório das Metrópoles tomou como referência tal conceito para revisar as categorias sócio-ocupacionais brasileiras como um esforço de se aproximar da estrutura de divisão de classes no país. O estudo teórico acumulado reafirmou a centralidade do trabalho para o entendimento da organização social e das relações societárias, a partir da operacionalização da variável ocupação no mercado de trabalho. Partiu-se da compreensão de que a variável ocupação seria uma melhor aproximação para se identificar as diferentes posições sociais dos indivíduos no espaço social (Observatório, 2023).

Porém, para a análise mais abrangente da representação da estrutura social brasileira, além de compreender a dimensão da ocupação como estruturante, faz-se necessário incorporar também as dimensões de gênero e de raça, a partir da abordagem da teoria da interseccionalidade. Tal movimento nos permite aproximar da abordagem conceitual de espaço social de Bourdieu, tendo em vista a análise integrada e relacional de categorias sociais. Desse modo, para tratar de modo mais abrangente a representação da estrutura social, considerou-se a incorporação das dimensões de sexo e de cor ou raça, tendo em vista a ampliação recente do debate público e acadêmico que se faz da estrutura social brasileira com base nessas dimensões. Porém, ao invés de se realizar uma análise segundo cada uma dessas categorias ou sobre o somatório delas, buscou-se fundamentá-la sob a abordagem da teoria da interseccionalidade.

A intersecção de raça, gênero e classe social, apesar de ser, recentemente, um assunto bastante mobilizado, tem o seu arcabouço teórico-conceitual delimitado na segunda metade do século XX. Especificamente o enfoque da interseccionalidade data do final da década de 1980, sendo estruturado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw

em uma crítica ao feminismo branco heteronormativo. Segundo Hirata (2014), a referida jurista, por meio da análise de processos jurídicos, identificou alguns padrões sistemáticos, em especial ao se deter em situações que envolviam sexo e raça, e buscou tornar evidente a invisibilidade jurídica das múltiplas manifestações de opressão experimentadas por trabalhadoras negras. Em sua conceituação de interseccionalidade pontua que as inúmeras formas de opressão (racismo, sexismo, LGBTfobia etc.) se entrecruzam e atingem de forma diferenciada cada indivíduo, gerando variados e distintos graus de vulnerabilidade. Desse modo, a interseccionalidade trata-se de um enfoque integrado, relacional e não hierarquizado dos marcadores sociais da diferença. Esse entendimento de ‘interação’ entre distintas formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões (Hirata, 2014; Nascimento et al., 2019).

A síntese teórica a respeito da interseccionalidade deve ser relacionada com a luta feminista, com destaque para o feminismo negro, conformando-se enquanto um conceito a partir do acúmulo histórico de formulações de coletivos, ativistas e intelectuais negras. Nas palavras de Crenshaw:

Interseccionalidade é uma metáfora para entender as maneiras pelas quais múltiplas formas de desigualdade ou desvantagem, às vezes, se compõem e criam obstáculos que muitas vezes não são compreendidos nas formas convencionais de pensar antirracismo ou feminismo ou quaisquer estruturas de defesa da justiça social (Crenshaw, 2018; tradução dos autores).

Portanto, dimensões, consideradas marcadores sociais da diferença, devem ser compreendidas como marcas sociais, e não biológicas, que produzem diferenças que irão se desdobrar em desigualdades sistemáticas entre indivíduos e grupos sociais. Por isso, Couto et al. (2019) sinalizam que a análise interseccional deve ser apreendida como uma perspectiva múltipla, simultânea e interativa que, necessariamente, traz o contexto como uma categoria importante para compreensão das distintas e múltiplas situações de opressão. Akotirene (2019) complementa ao indicar que a interseccionalidade se trata da possibilidade em visibilizar articulações, interações entre múltiplos eixos de poder e de desigualdades que precisam ser contextualizadas e historicamente situadas.

Nessa reflexão, é útil a contribuição de Collins e Bilge (2021) ao afirmarem que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins, Bilge, 2021:15-16)

Levando em consideração distintas questões sociológicas que envolvem a interseccionalidade, Patrícia Collins, conforme sistematizado por Silva (2018), irá indicar a relevância de um olhar transescalar. Se por um lado, a articulação e efeitos das opressões podem reverberar nas vidas individuais (processos microssociais), por outro, podem ressoar em fenômenos macrossociais, constituindo um sistema interseccional de opressão que estrutura condições para a organização e manutenção das desigualdades e relações assimétricas e hierárquicas de poder.

Sendo assim, o referencial da interseccionalidade vem justamente mostrar a impossibilidade de análises universalistas. Apesar de raça e gênero serem as principais categorias trazidas para problematização, outras dimensões (deficiências, origem, religião, nacionalidade, sexualidade, idade etc.) podem se somar ao enfoque interseccional, considerando justamente, a interação entre elas e não, necessariamente, uma hierarquia conforme já posto, compreendendo como tais dimensões podem se integrar, operando, conjuntamente, como mecanismos geradores e reprodutores de desigualdades.

No Brasil, a imbricação das dimensões de raça, gênero e classes sociais se revela de diferentes formas nas relações sociais, culturais e políticas. Particularmente, a análise conjunta das dimensões de raça e gênero, conforme referendado por Nascimento et al. (2019), possibilita identificar desvantagens históricas e condições de reprodução da precariedade de determinados grupos da sociedade. Tal compreensão pode ser qualificada ao se trazer às diferenciações entre as ocupações para essa análise conjunta.

Sueli Carneiro, conforme pontuado por Nascimento et al. (2019), em seu texto “Mulheres em Movimento”, evidencia o quanto, no Brasil, é exacerbada a distância entre negros e brancos no que concerne à posição

ocupacional. Nessa análise, ao se incluir o elemento gênero identificam-se dimensões e meandros mais intensos, como o fato de ser a mulher negra o grupo mais subalternizado, tanto em relação ao homem negro, quanto à mulher branca e o homem branco (racialmente dominante), ocupando, em geral, mais posições de emprego não formal, com menor exigência de qualificação e má remuneração. Esta situação é uma exemplificação de como a análise integrada de gênero, raça e ocupação permite compreender a posição dos distintos agentes no espaço social, evidenciando distintas situações de desigualdades e assimetrias de poder na sociedade.

Importante indicar que ao propormos uma aproximação entre as dimensões de classe, gênero e raça enquanto processos integrados e dinâmicos, tal reflexão não pode ser dissociada das diferentes formas de opressão: racismo, patriarcado e capitalismo (Machado, 2020).

Metodologia

Empregamos, neste artigo, uma análise comparativa da composição da estrutura social do conjunto das principais metrôpoles do país entre 1982 e 2022, com base nos dados das pesquisas domiciliares do IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1982, e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), de 2022, em sua versão anual. Essa análise comparativa permite observar as mudanças ou permanências existentes na composição da estrutura social no período considerado, articulando as variáveis de classe – por meio da estrutura sócio-ocupacional –, sexo e cor ou raça. Importante destacar que o uso sistemático de dados estratificados por sexo e raça, tais como aqueles produzidos pela PNAD, se constitui em contribuição relevante para se evidenciar desigualdades de raça e gênero que caracterizam o mercado de trabalho e a própria sociedade brasileira (Abramo, 2006).

A dimensão de classe que estamos mobilizando corresponde a uma representação da hierarquia social das metrôpoles brasileiras, construída a partir da variável de ocupação do mercado de trabalho, pela rede nacional de pesquisa Observatório das Metrôpoles. A escolha pela variável ocupação decorre de sua maior aderência às posições constituídas socialmente. Por meio da agregação de ocupações que apresentam proximidades no espaço social são conformadas as categorias sócio-ocupacionais. Essas, no entanto, também são agrupadas em frações de classe e classes na perspectiva de espaço social elaborado por Bourdieu (Observatório, 2023), como pode ser observado no Quadro 1. As classes, as frações de classe e as

categorias sócio-ocupacionais foram construídas a partir da classificação ocupacional existente no Censo Demográfico de 2010, que é a mesma classificação da PNADC de 2022. Porém, como a PNAD de 1982 possui outra classificação ocupacional, foi necessário realizar a correspondência dela com base na definição conceitual de cada uma das categorias sócio-ocupacionais.

Além das categorias da estrutura sócio-ocupacional, utilizamos para a representação da estrutura social as variáveis de sexo e de cor ou raça. A variável sexo é considerada a representação da dimensão de gênero, apesar de essa dimensão ser mais abrangente do que o modo como é delimitado nas pesquisas domiciliares do IBGE, em que classifica a variável sexo como homem ou mulher. É por este motivo que utilizamos a denominação de sexo na análise realizada e não gênero.

Em 1982, a variável de identificação racial era denominada apenas de cor e era classificada como branca, preta, parda e amarela. Em 2022, a variável de identificação racial era denominada de cor ou raça, sendo classificada como branca, preta, parda, amarela e indígena. Em ambas as pesquisas havia a possibilidade de não identificação racial, mas em todas elas a participação era muito reduzida. Na nossa análise da dimensão racial, juntamos as categorias preta e parda sob a denominação de negro/a³ e juntamos as categorias branca e amarela sob a denominação de branco/a⁴. A categoria indígena, existente apenas em 2022, assim como as pessoas sem identificação de cor ou raça foram retiradas da análise.

O modo como operacionalizamos sexo e raça foi conjugando as categorias das duas variáveis, constituindo as seguintes variáveis: homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra. O cruzamento dessas categorias com a estrutura sócio-ocupacional nos permitiu realizar a análise de composição de maneira integrada, tendo como indicação analítica a perspectiva da interseccionalidade.

A análise de conjunto das principais metrópoles brasileiras correspondeu àquelas que foram institucionalizadas na década de 1970 como regiões metropolitanas, sendo, também, as únicas com dados disponíveis na PNAD de 1982. São elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Incorporamos, ainda, Brasília, correspondente ao Distrito Federal. Apesar de, nos últimos 40 anos, ter se ampliado o número de aglomerados populacionais considerados metrópoles no país (REGIC, 2018) e haver dados disponibi-

lizados para 20 regiões metropolitanas na PNADC de 2022, para a análise da compara  o entre períodos diferentes foi necessário considerar nos dois momentos apenas aquelas que estão disponíveis em ambas as bases de dados. A op  o pela análise de conjunto das principais metr  poles brasileiras foi devido    utiliza  o de dados provenientes de levantamentos amostrais. Por isso, ao considerar o conjunto de cruzamentos das variáveis utilizadas, julgamos ser necessário agregar os dados das metr  poles para que seus resultados pudessem ser estatisticamente representativos.

Quadro 1

Classe, fra  o de classe e categorias sócio-ocupacionais

Classe	Fra��o de classe	Categorias sócio-ocupacionais
Classe Dominante	Classe dirigente	11,00 Grandes empregadores
		12,00 Dirigentes do setor público
		13,00 Dirigentes do setor privado
	Classe média-alta	21,00 Profissionais da medicina
		22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura
		23,00 Profissionais da gestão e dos negócios
		24,00 Profissionais da tecnologia da informa��o
		25,00 Professores universitários
		26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)
Classe Intermediária	Classe média-média	31,00 Pequenos empregadores
		32,00 Profissionais da comunica��o e das artes
		33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais
		34,00 Gerentes e supervisores
		35,00 Agentes da administra��o e segurança públicas
	Classe média-baixa	41,00 Agentes comerciais
		42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte
		43,00 Técnicos e agentes da saúde
		44,00 Agentes de capacita��o
		45,00 Trabalhadores do apoio administrativo
		46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião

Quadro 1

Classe, fração de classe e categorias sócio-ocupacionais (cont.)

Classe	Fração de classe	Categorias sócio-ocupacionais
Classe Popular	Proletariado da indústria	51,00 Operários da indústria moderna
		52,00 Operários da indústria tradicional
	Proletariado dos serviços	61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas
		62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros
		63,00 Trabalhadores do comércio
		64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção
		65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância
		66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento
		67,00 Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal
	Proletariado da produção do ambiente construído	71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública
		81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega
	Subproletariado	82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza
		83,00 Trabalhadores ambulantes
		84,00 Trabalhadores domésticos
	Trabalhadores rurais	91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura etc.

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2023).

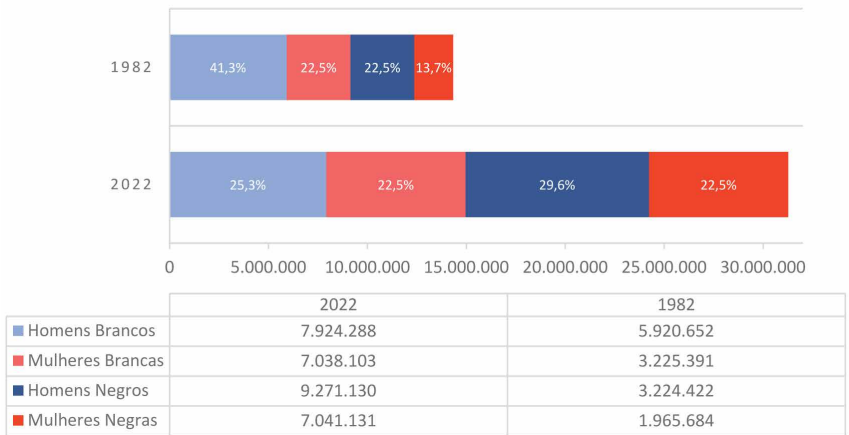
Análise dos resultados

Análise geral da estrutura de classe segundo o sexo e a raça

Ao estabelecer uma comparação entre 1982 e 2022 é fundamental compreender as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e em sua composição em cada momento. A Figura 1 demonstra duas mudanças importantes. A primeira constatação diz respeito ao crescimento absoluto da população ocupada no mercado de trabalho nas dez metrôpoles selecionadas do país. Em 1982, a população ocupada era de 14,3 milhões

de pessoas e, em 2022, atingiu 31,3 milhões, mais do que o dobro no período de 40 anos. A segunda constata  o diz respeito    mudanças de participa  o de sexo e raça. Embora tenha havido crescimento absoluto em todos os grupos analisados, o crescimento relativo se deu apenas para os homens negros e para as mulheres negras, que aumentaram a participa  o de pessoas ocupadas⁵ de 22,5% e 13,7% para 29,6% e 22,5%, respectivamente. Esse crescimento se deu acompanhado da redu  o da participa  o relativa dos homens brancos, tendo em vista que a participa  o das mulheres brancas continuou a mesma. Dessa forma, em 2022, o grupo mais representativo no mercado de trabalho foi o de homens negros, ao contrário de 1982 que era o de homens brancos.

Figura 1
Participa  o absoluta e relativa dos grupos sexo e raça na popula  o ocupada do mercado de trabalho das metr  poles brasileiras – 1982 e 2022



Fonte: Elabora  o própria a partir dos microdados da PNAD de 1982 e PNAD Contínua de 2022, do IBGE.

Essa análise nos permite perceber que houve um crescimento combinado tanto de mulheres (171%) quanto de pessoas negras (214%) no mercado de trabalho⁶. O crescimento de mulheres na popula  o ocupada reflete diversas mudanças culturais relacionadas    transforma  o sobre o seu papel na sociedade como também no mercado de trabalho e mudanças demográficas e nos arranjos familiares, enquanto o crescimento da popula  o negra no mercado de trabalho pode ser explicado pelo crescimento de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas no Brasil, reflexo de uma maior conscientiza  o política sobre o tema. Esses dois fen  menos combinados explicam, por exemplo, o elevado aumento da participa  o de mulheres negras na popula  o ocupada, que saltou de 2 milhões (13,7%), em 1982, para 7 milhões (22,5%), em 2022.

Compreender os processos gerais de transformação do mercado de trabalho permite olhar as transformações de sexo e raça em cada categoria sócio-ocupacional de forma mais qualificada. A quantidade de mulheres negras no mercado de trabalho mais do que triplicou no período, portanto é esperado que em todas as posições da estrutura sócio-ocupacional a participação das mulheres negras cresça. Contudo, o aumento em categorias específicas pode ser reflexo do fenômeno geral de ampliação de mulheres negras no mercado de trabalho, sem necessariamente indicar que determinadas ocupações estão mais abertas à sua participação. O mesmo raciocínio também vale para os homens negros que quase triplicaram sua quantidade no mercado de trabalho em 40 anos e, de alguma maneira, para as mulheres brancas que mais que dobraram seu quantitativo.

Outra questão fundamental para abordar de forma mais aprofundada essas transformações é compreender a mudança da composição da estrutura sócio-ocupacional ao longo dos últimos 40 anos segundo o sexo e a raça. Neste sentido, na Figura 2, está exposta a participação de cada fração de classe no conjunto da população ocupada para os dois períodos. Analisando essa figura, é possível perceber processos gerais de transformação na população ocupada.

Em 1982, quatro frações de classe – a classe média-baixa (18,4%), proletariado da indústria (18,1%), proletariado dos serviços (17,4%) e o subproletariado (17,6%) – apresentavam participações muito semelhantes na estrutura sócio-ocupacional. Em 2022, essa característica se alterou com o crescimento da classe média-baixa e do proletariado dos serviços, que alcançaram 19,6% e 26,8%, respectivamente. O proletariado dos serviços tornou-se a maior fração de classe e isso ocorreu, principalmente, através da inserção de homens negros e de mulheres negras. Outra alteração se deu através da redução relativa do subproletariado e do proletariado da indústria, sendo a última, a única fração de classe que registrou também diminuição absoluta, apesar do grande crescimento da população ocupada no período. Tal diminuição foi devido aos processos de desindustrialização brasileira assim como da desconcentração industrial metropolitana, com maior participação industrial de cidades menores e afastadas dos grandes aglomerados populacionais.

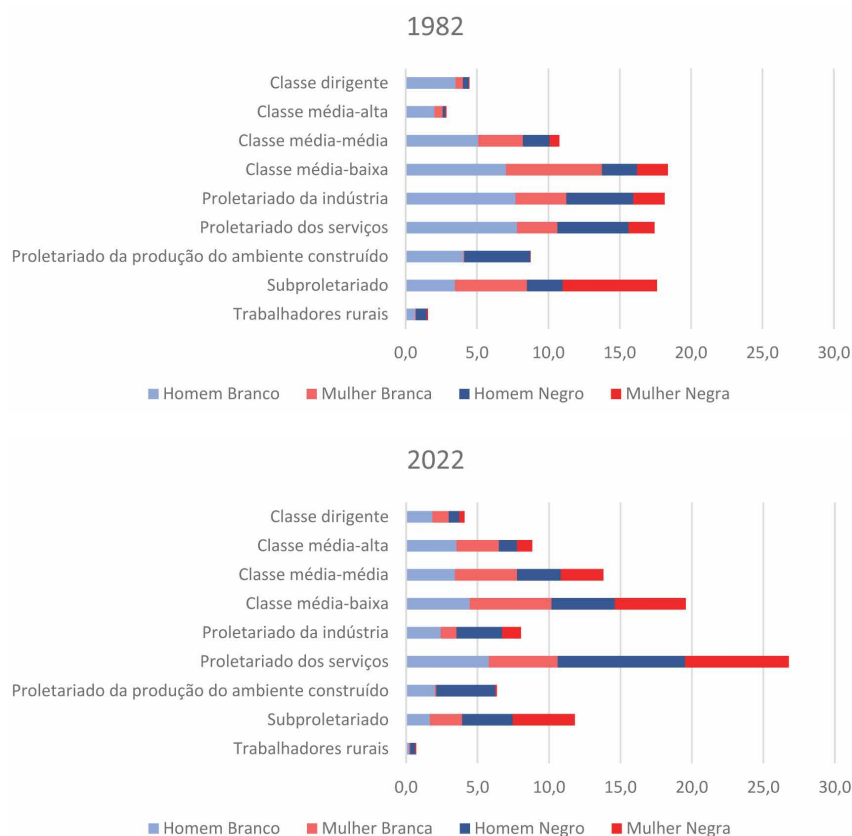
Entre as alterações no período é importante destacar o crescimento da classe média-média e da classe média-alta. A primeira ampliou de 10,8% para 13,8% sua participação na população ocupada, enquanto a segunda ampliou de 2,9% para 8,8%. Na classe média-média, a ampliação da população ocupada se deu

com maior diversificação de sexo e raça, tendo em vista o aumento relativo das mulheres negras, mulheres brancas e homens negros. Na classe média-alta, a ampliação da população ocupada também se diversificou, mas com crescimento relativo de todos os grupos, sobretudo das mulheres brancas.

As demais frações de classe – classe dirigente, proletariado da produção do ambiente construído e trabalhadores rurais – apresentaram redução de sua participação relativa na população ocupada. Enquanto a classe dirigente diversificou sua composição segundo o sexo e a raça, o proletariado do ambiente construído e os trabalhadores rurais continuaram se caracterizando pela maior participação de homens negros e homens brancos.

Figura 2

Participação relativa das frações de classe segundo o sexo e a raça na população ocupada do mercado de trabalho das metrôpoles brasileiras – 1982 e 2022 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 1982 e PNAD Contínua de 2022, do IBGE, e da Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrôpoles (2023).

Assim, constatamos que as mudanças na estrutura social se deram com a redução relativa de quase todas as frações da classe popular – trabalhadores rurais, subproletariado, proletariado da produção do ambiente construído e proletariado da indústria –, com exceção do proletariado dos serviços, que se ampliou de modo vertiginoso no período. Também se deram com a ampliação das classes média-baixa, média-média e média-alta. A classe dirigente apresentou pequena redução na participação da população ocupada. De modo geral, ocorreu maior diversificação na estrutura social em termos de sexo e de raça. Mas como se apresentam essas mudanças quando se considera de maneira integrada a classe, o sexo e a raça? Ou seja, quando se considera as mudanças na estrutura social sob a perspectiva da interseccionalidade?

Análise integrada de classe segundo o sexo e a raça

A análise da distribuição da população ocupada segundo a composição conjunta de classe⁷, sexo e raça, entre 1982 e 2022, permite responder a seguinte pergunta: quais foram as mudanças ocorridas na estrutura social, numa perspectiva interseccional, das metrópoles brasileiras no período em questão? Quais foram os grupos – composição conjunta de classe, sexo e raça – que mais se ampliaram, os que mais se reduziram e os que não se alteraram nesses 40 anos? Procederemos nessa análise a partir dos dados da Tabela 1.

Os homens brancos da classe dirigente apresentavam participação maior do que o triplo da participação conjunta das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras da mesma fração de classe na população ocupada, em 1982. Apesar de os homens brancos da classe dirigente ainda continuarem a representar a maior participação em 2022 na população ocupada, a participação conjunta daqueles três grupos superou a deles. Todos os três grupos mencionados registraram crescimento de sua participação no período, tendo sido mais elevado para as mulheres brancas seguidos dos homens negros e, posteriormente, das mulheres negras. O crescimento da participação dos três grupos – mulheres brancas, homens negros e mulheres negras – da classe dirigente é explicado pelo aumento de suas participações nas categorias dos dirigentes do setor privado, principalmente, e dos grandes empregadores. Na categoria dos dirigentes do setor público houve pequeno aumento somente entre as mulheres negras e houve manutenção da participação, também pequena, dos homens negros. Os homens brancos apresentaram redução da participação nas três categorias sócio-ocupacionais que compõem a classe dirigente.

Os homens brancos da classe média-alta representavam o dobro da participação conjunta das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras da mesma fração de classe na população ocupada, em 1982. Os homens brancos continuaram apresentando a maior participação da classe média-alta na população ocupada em 2022, apesar de todos os demais grupos que constituem essa fração de classe terem ampliado sua participação, sobretudo as mulheres brancas, que registraram crescimento (em pontos percentuais) superior ao verificado com os homens brancos. De todo modo, nesses 40 anos, se manteve a hierarquia de participação entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Apesar disso, entre os profissionais de medicina e, principalmente, entre os profissionais da gestão e dos negócios as mulheres brancas superaram a participação dos homens brancos, em 2022. As mulheres negras apresentaram maior participação em relação aos homens negros entre os profissionais da gestão e dos negócios, professores universitários e profissionais das ciências. Os homens negros apresentavam superior às mulheres brancas somente entre os profissionais da tecnologia da informação, mesmo assim em patamar inferior à metade da participação dos homens brancos. Em nenhuma categoria sócio-ocupacional as mulheres negras apresentaram maior participação que as mulheres brancas ou homens brancos. Registra-se, ainda, que embora tenha aumentado a participação conjunta das mulheres brancas, homens negros e mulheres negras na categoria dos profissionais da engenharia e da arquitetura, os homens brancos continuaram apresentando participação superior aos três grupos mencionados.

Embora os homens brancos da classe média-média apresentassem a maior participação na população ocupada em comparação com as mulheres brancas, os homens negros e as mulheres negras da mesma fração de classe, a participação conjunta desses últimos três grupos era superior à daqueles em 1982. Nesse período, é nítida a hierarquia de participação entre os grupos de sexo e raça dessa fração de classe observada em ordem descendente: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Em 2022, com a redução da participação dos homens brancos na população ocupada, as mulheres brancas passaram a registrar maior participação. Os homens negros assumiram participação próxima ao dos homens brancos, mas em patamar inferior, e as mulheres negras, apesar da ampliação, registraram a menor participação da classe média-média na população ocupada. Apesar da superação da participação das mulheres brancas em relação aos homens brancos da classe média-média na população ocupada em 2022, quando se analisa as

categorias sócio-ocupacionais, elas só registraram participação superior a deles entre os profissionais dos serviços pessoais ou sociais, o que já era registrado em 1982. Em todas as demais categorias, as mulheres brancas apresentaram participação inferior à dos homens brancos, mesmo estes tendo reduzido sua participação no período e aquelas terem aumentado. As mulheres negras, também, só apresentaram maior participação em relação aos homens negros dentre os profissionais dos serviços pessoais ou sociais, tanto em 1982 quanto em 2022, mesmo todos terem ampliado a sua participação nesse período. Os homens negros já apresentavam maior participação que as mulheres brancas nas categorias de agente da administração pública e pequenos empregadores em 1982 e passaram, também, a ser superior na categoria dos gerentes e supervisores em 2022, inclusive superior aos homens brancos. Vale registrar que, em 1982, os homens brancos apresentavam participação superior à participação conjunta das mulheres brancas, homens negros e mulheres negras dentre os profissionais da comunicação e da arte, contudo, em 2022, esses três grupos passaram a registrar o dobro da participação dos homens brancos.

Apesar de haver pequena participação superior dos homens brancos em relação às mulheres brancas da classe média-baixa na população ocupada, juntos eles possuíam participação em torno de três vezes mais que os homens negros e as mulheres negras em 1982. Em 2022, não apenas a participação de homens brancos e mulheres brancas estava muito próxima da participação dos homens negros e mulheres negras, como as mulheres passaram a registrar participação superior à dos homens, mesmo que pequena. Em 1982, as mulheres brancas já apresentavam maior participação em relação aos homens brancos nas categorias de técnicos e agentes de saúde, agentes de capacitação e trabalhadores do apoio administrativo. Em 2022, além de manter participação superior nessas categorias também passaram a ser superior na categoria dos artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião. Os homens brancos continuaram apresentando maior participação entre os agentes comerciais e os técnicos em processos produtivos e de suporte. As mulheres negras, em 1982, apresentavam maior participação em relação aos homens negros nas categorias de técnicos e agentes de saúde e agentes de capacitação. Em 2022, além dessas categorias, elas passaram também a apresentar participação superior na categoria dos trabalhadores do apoio administrativo. Vale ressaltar, que, nesse último ano, a participação das mulheres negras na categoria de técnicos e agentes de saúde não foi superior apenas aos homens negros, mas também em relação às mulheres brancas. Os homens negros passaram a apresentar maior participação na

categoria dos técnicos em processos produtivos e de suporte em relação às mulheres brancas e, além disso, passaram a apresentar participação superior em relação aos homens brancos na categoria dos trabalhadores do apoio administrativo e, ainda, participação semelhante na categoria dos agentes de capacitação.

Os homens brancos do proletariado da indústria, em 1982, apresentavam a maior participação dessa fração de classe na população ocupada, seguidos pelos homens negros. Em 2022, são esses últimos que passaram a apresentar a maior participação, seguidos por aqueles, mesmo todos os grupos dessa fração de classe terem reduzido a sua participação na população ocupada. A maior participação dos homens nessa fração de classe se deveu à sua participação na categoria dos operários da indústria moderna, em que eram mais numerosos, tendo em vista que tanto em 1982 quanto em 2022, as mulheres apresentaram maior participação dentre os operários da indústria tradicional. Antes, as mulheres brancas apresentavam maior participação, 40 anos depois essa posição foi ocupada pelas mulheres negras. Como se trata de uma fração de classe que apresentou queda relativa e absoluta do número de pessoas ocupadas, observa-se que, apesar de a redução ter ocorrido com todos os grupos internos, a queda foi proporcionalmente maior para as pessoas brancas, o que permitiu com que as pessoas negras passassem a ter maior participação em 2022.

Os homens apresentavam a maior participação do proletariado dos serviços na população ocupada em 1982, correspondente a quatro vezes mais a participação das mulheres. Apesar de continuarem tendo a maior participação em 2022, correspondeu a somente 20% mais que elas. Porém, a mudança mais expressiva, ocorrida nessa fração de classe, diz respeito à dimensão racial, pois em 1982 as pessoas brancas apresentavam quase o dobro das pessoas negras, mas em 2022 essas últimas passaram a apresentar maior participação do que aquelas, num contexto de aumento expressivo da participação do proletariado dos serviços na população ocupada. Isso significa que o proletariado dos serviços ficou, proporcionalmente, mais negro e, também, mais feminino, mesmo as mulheres não tendo superado a participação dos homens. Internamente, observa-se que quatro categorias sócio-ocupacionais tipicamente⁸ masculinas continuaram com esse perfil nesses 40 anos: trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas, trabalhadores dos transportes de passageiros, trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção e trabalhadores dos serviços de vigilância. A mudança ocorrida nessas quatro categorias correspondeu à ampliação dos homens negros, que se tornaram em maior proporção

em 2022, quando antes eram os homens brancos. Há, nessa fração classe, uma categoria tipicamente feminina que se manteve com essa característica entre 1982 e 2022: trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal. Também nessa categoria as mulheres negras passaram a apresentar maior participação do que as mulheres brancas, quando em 1982 era o contrário. Outras duas categorias, que não se definem segundo a condição do sexo, também ampliaram a participação das pessoas negras, superando as pessoas brancas: trabalhadores do comércio e trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento.

O proletariado da produção do ambiente construído, constituído por apenas uma categoria sócio-ocupacional – operários da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública –, se caracteriza por ser uma fração de classe tipicamente masculina e manteve esse perfil entre 1982 e 2022. A mudança mais expressiva que teve nesse período foi a redução da participação dos homens brancos dessa fração de classe na população ocupada, o que a tornou mais negra, mesmo a proporção de negros não tendo se alterado tanto nesse período.

As mulheres negras e as mulheres brancas do subproletariado apresentavam as maiores participações na população ocupada em 1982. Apesar de continuarem sendo maioria em 2022, os homens negros passaram a ter maior participação do que as mulheres brancas. De modo geral, pode-se dizer que a característica dessa fração de classe em 1982 era de ser ocupada, principalmente, por mulheres, mas em 2022 essa fração de classe passou a ser ocupada, sobretudo, por pessoas negras. Internamente, há, nessa fração de classe, uma categoria sócio-ocupacional tipicamente masculina: trabalhadores dos serviços de entrega. Entre 1982 e 2022, essa categoria deixou de apresentar maior proporção de homens brancos para apresentar maior participação de homens negros. Há, também, uma categoria tipicamente feminina: trabalhadores domésticos. Apesar da redução da participação dessa categoria na população ocupada, ela continuou apresentando maior proporção de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Outras duas categorias não se definem segundo o sexo: trabalhadores dos serviços de limpeza e trabalhadores ambulantes. Em relação aos primeiros, houve uma inversão entre 1982 e 2022, pois antes as mulheres apresentavam maior participação e, posteriormente, os homens passaram a apresentar maior proporção. Os trabalhadores ambulantes, porém, se caracterizavam por maior proporção de homens em 1982, mas em 2022 as proporções de todos os grupos passaram a ser semelhantes.

Tabela 1

Participação da fração de classe e categorias sócio-ocupacionais segundo o sexo e a raça em relação à população ocupada total das metrôpoles brasileiras - 1982 e 2022 (em %)

Fração de Classe / Categorias Sócio-ocupacionais	1982					2022				
	Sexo/Raça				Total	Sexo/Raça				Total
	HB	MB	HN	MN		HB	MB	HN	MN	
1,00 Classe dirigente	3,5	0,5	0,4	0,1	4,5	1,8	1,1	0,7	0,4	4,1
11,00 Grandes empregadores	1,5	0,2	0,1	0,0	1,8	0,7	0,3	0,2	0,1	1,3
12,00 Dirigentes do setor público	0,7	0,3	0,2	0,0	1,1	0,3	0,2	0,2	0,1	0,7
13,00 Dirigentes do setor privado	1,3	0,1	0,1	0,0	1,6	0,8	0,7	0,3	0,2	2,0
2,00 Classe média-alta	2,0	0,6	0,2	0,1	2,9	3,5	3,0	1,3	1,1	8,8
21,00 Profissionais da medicina	0,3	0,1	0,0	0,0	0,5	0,4	0,4	0,1	0,0	0,8
22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura	0,6	0,1	0,0	0,0	0,7	0,6	0,3	0,2	0,1	1,2
23,00 Profissionais da gestão e dos negócios	0,7	0,2	0,1	0,0	1,0	1,6	1,8	0,6	0,7	4,7
24,00 Profissionais da tecnologia da informação	0,2	0,1	0,0	0,0	0,3	0,7	0,3	0,3	0,1	1,4
25,00 Professores universitários	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,5
26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3
3,00 Classe média-média	5,1	3,1	1,9	0,7	10,8	3,4	4,4	3,1	3,0	13,8
31,00 Pequenos empregadores	1,3	0,3	0,3	0,0	2,0	1,0	0,6	0,7	0,4	2,7
32,00 Profissionais da comunicação e das artes	0,6	0,2	0,2	0,0	1,0	0,4	0,4	0,3	0,2	1,3
33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais	0,3	1,9	0,1	0,5	2,8	0,7	2,6	0,6	2,0	5,8
34,00 Gerentes e supervisores	1,4	0,6	0,4	0,1	2,4	0,6	0,4	0,7	0,3	2,1
35,00 Agentes da administração e segurança públicas	1,4	0,1	0,9	0,1	2,6	0,7	0,4	0,8	0,2	2,0
4,00 Classe média-baixa	7,0	6,7	2,5	2,2	18,4	4,5	5,7	4,4	5,0	19,6
41,00 Agentes comerciais	0,7	0,1	0,1	0,0	1,0	0,9	0,7	0,5	0,4	2,4
42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte	0,6	0,2	0,2	0,1	1,0	1,0	0,4	0,9	0,3	2,6
43,00 Técnicos e agentes da saúde	0,2	0,7	0,1	0,4	1,4	0,3	0,7	0,4	0,9	2,3
44,00 Agentes de capacitação	0,1	0,4	0,0	0,1	0,6	0,2	0,3	0,2	0,2	0,8
45,00 Trabalhadores do apoio administrativo	5,1	5,3	1,9	1,5	13,8	1,8	3,3	2,2	3,0	10,2
46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião	0,3	0,1	0,1	0,0	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3	1,3

Tabela 1

Participação da fração de classe e categorias sócio-ocupacionais segundo o sexo e a raça em relação à população ocupada total das metrópoles brasileiras - 1982 e 2022 (em %)(cont.)

Fração de Classe / Categorias Sócio-ocupacionais	1982					2022				
	Sexo/Raça				Total	Sexo/Raça				Total
	HB	MB	HN	MN		HB	MB	HN	MN	
5,00 Proletariado da indústria	7,7	3,6	4,7	2,2	18,1	2,4	1,1	3,2	1,3	8,0
51,00 Operários da indústria moderna	5,7	0,6	3,3	0,4	10,0	1,7	0,2	2,2	0,3	4,3
52,00 Operário da indústria tradicional	2,0	3,0	1,4	1,8	8,1	0,7	0,9	1,0	1,0	3,7
6,00 Proletariado dos serviços	7,8	2,8	5,0	1,8	17,4	5,8	4,8	8,9	7,3	26,8
61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas	1,0	0,0	0,8	0,0	1,7	1,3	0,1	1,8	0,1	3,3
62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros	1,1	0,1	0,7	0,0	2,0	1,0	0,1	1,6	0,1	2,7
63,00 Trabalhadores do comércio	3,2	1,7	1,7	0,9	7,5	2,1	2,1	2,7	3,0	9,8
64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção	0,8	0,0	0,6	0,0	1,4	0,3	0,0	0,5	0,0	0,9
65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância	0,9	0,0	0,8	0,0	1,6	0,5	0,1	1,0	0,1	1,6
66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento	0,8	0,6	0,4	0,5	2,2	0,4	0,9	0,9	1,4	3,5
67,00 Trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal	0,1	0,5	0,1	0,3	1,0	0,4	1,7	0,5	2,6	5,1
7,00 Proletariado da produção do ambiente construído	4,0	0,1	4,6	0,0	8,8	2,0	0,1	4,1	0,1	6,4
71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública	4,0	0,1	4,6	0,0	8,8	2,0	0,1	4,1	0,1	6,4
8,00 Subproletariado	3,5	5,0	2,5	6,6	17,6	1,7	2,2	3,5	4,3	11,8
81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega	0,6	0,0	0,4	0,0	1,1	0,4	0,0	0,8	0,0	1,2
82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza	1,1	1,2	1,0	1,9	5,2	0,8	0,6	1,9	1,2	4,6
83,00 Trabalhadores ambulantes	1,6	0,6	0,8	0,4	3,4	0,4	0,5	0,7	0,6	2,2
84,00 Trabalhadores domésticos	0,2	3,1	0,2	4,4	7,9	0,1	1,2	0,2	2,5	3,8
9,00 Trabalhadores rurais	0,7	0,1	0,8	0,1	1,6	0,2	0,1	0,4	0,1	0,7
91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura etc.	0,7	0,1	0,8	0,1	1,6	0,2	0,1	0,4	0,1	0,7
Total	41,3	22,5	22,5	13,7	100,0	25,3	22,5	29,6	22,5	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 1982 e PNAD Contínua de 2022, do IBGE, e da Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles (2023).

Com baixa participação nas metrópoles, os trabalhadores rurais – constituídos somente pela categoria dos trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura etc. – continuaram sendo caracterizados por uma fração de classe tipicamente masculina, mas se definindo mais negra do que branca devido à redução proporcionalmente maior desses do que daqueles.

Em 40 anos, de modo geral, as frações da classe dirigente e da classe média-alta deixaram de ser dominadas apenas pelos homens brancos, tornando-se mais permeáveis aos demais grupos de sexo e raça, sobretudo às mulheres brancas. Em algumas categorias sócio-ocupacionais dessas frações de classe passaram a ter participação superior das mulheres brancas em relação aos homens brancos. Nas classes média-média e média-baixa, houve ampliação das mulheres em geral, mas isso se deveu, sobretudo, pela ampliação de categorias sócio-ocupacionais tipicamente femininas, como foram os profissionais dos serviços pessoais ou sociais e os técnicos e agentes de saúde. Nessas frações de classe, todavia, observam-se proporções semelhantes entre os grupos raciais, ao contrário das frações da classe dirigente e da classe média-alta, em que as pessoas brancas continuaram a superar de forma expressiva a participação na população ocupada em comparação com as pessoas negras.

Nas frações da classe popular em geral, a principal mudança ocorrida se deveu a maior participação das pessoas negras. Inclusive, em 1982, o proletariado dos serviços que se caracterizava mais pela elevada participação de homens, e o subproletariado, que se caracterizava pela maior proporção de mulheres, passaram a se caracterizar pela maior participação de pessoas negras. No entanto, naquelas frações de classe tipicamente masculinas – proletariado da indústria, proletariado da produção do ambiente construído e trabalhadores rurais –, continuaram apresentando maior participação dos homens em relação às mulheres e sendo expressivamente mais negras do que brancas.

Análise integrada de sexo e raça segundo a classe

O aumento absoluto da população ocupada no período, como vimos, e as mudanças demográficas no mercado de trabalho, com crescimento da participação das mulheres e dos negros, podem ofuscar a compreensão das mudanças ocorridas na estrutura social segundo a classe, o sexo e a raça, quando se analisa apenas pelo viés da participação relativa na população ocupada. Por este motivo, o desafio é o de realizar a análise capturando as mudanças mais significativas que considerem as diferenças

do aumento da proporção de pessoas segundo o sexo e a raça, numa situação, também, de ampliação absoluta da população ocupada. Diante desses processos complexos de transformação, não é possível compreender as alterações na participação por sexo e raça em cada categoria sócio-ocupacional ou fração de classe quando analisadas individualmente, já que dessa forma não é possível evidenciar o caráter geral e/ou particular de cada fenômeno.

Para dar conta dessa complexidade, realizamos uma análise da densidade relativa⁸ de sexo e raça em cada categoria sócio-ocupacional, buscando analisar o seu comportamento em relação ao registrado para o conjunto da população ocupada, conforme o exposto na Tabela 2. Nessa tabela, a cor azul indica que a densidade relativa do grupo específico é maior do que a verificada desse grupo na população ocupada total (super-representação). Já a cor vermelha indica que a densidade relativa do grupo específico é menor do que a verificada desse grupo na população ocupada total (sub-representação). Quanto mais forte a tonalidade de azul, maior é a densidade do grupo específico em relação ao encontrado na população ocupada total e quanto maior a tonalidade de vermelho menor é a densidade relativa do grupo específico em relação à população ocupada total.

Como vimos, os homens brancos correspondiam a 41,3% da população ocupada total em 1982. Sendo o grupo de maior proporção ocupacional, eles estavam super-representados em todas as categorias sócio-ocupacionais das frações da classe dirigente e classe média-alta, em quase todas as frações da classe média-média e da classe média-baixa e, também, das frações da classe popular. Em geral, as categorias sub-representadas por esse grupo eram aquelas que se constituíram socialmente como sendo tipicamente femininas (profissionais dos serviços pessoais ou sociais, trabalhadores do cuidado e da beleza pessoal e trabalhadores domésticos, por exemplo).

Essa configuração não se alterou significativamente na comparação com o ano de 2022, apesar de eles terem reduzido sua densidade relativa em algumas categorias sócio-ocupacionais e ampliado em outras. Isso aconteceu praticamente em todas as frações de classe. Significa que esse grupo ocupacional, mesmo tendo reduzido a sua proporção na população ocupada total – para 25,3% – continuou sendo super-representado nas categorias sócio-ocupacionais mais elevadas da estrutura social. Tanto é assim que, ao considerar as cinco categorias de maior densidade relativa dos homens brancos em 2022, todas eram de posições sociais elevadas:

grandes empregadores, profissionais da engenharia e da arquitetura, profissionais da tecnologia da informação, professores universitários e profissionais da medicina.

As mulheres brancas mantiveram sua participação na população ocupada total em 22,5%, entre 1982 e 2022. No primeiro ano, elas eram super-representadas em algumas categorias sócio-ocupacionais das classes média-alta (professores universitários e profissionais das ciências), média-média (profissionais dos serviços pessoais ou sociais) e média-baixa (técnicos e agentes de saúde, agentes de capacitação e trabalhadores do apoio administrativo), que em geral foram categorias que se constituíram socialmente como sendo femininas. Igualmente nas frações da classe popular o mesmo padrão se apresentava, pois as mulheres brancas estavam super-representadas, principalmente, nas categorias dos trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal, trabalhadores domésticos e de operário da indústria tradicional, em geral, categorias vinculadas às atividades reprodutivas.

Observa-se uma ampliação significativa da densidade relativa das mulheres brancas em 2022, principalmente, nas categorias sócio-ocupacionais das classes dirigente, média-alta e média-média, tornando-se super-representadas. Na classe média-baixa, em geral, a configuração não se alterou tanto, apesar de ter havido redução da densidade relativa na maioria das categorias sócio-ocupacionais. Na classe popular, também ficou praticamente mantida a configuração anterior, mas com redução da densidade relativa exatamente naquelas categorias de maior super-representação: trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal, trabalhadores dos serviços de limpeza, operários da indústria tradicional e trabalhadores domésticos.

O sentido da mudança ocorrida nesses 40 anos na estrutura social para as mulheres brancas fica expresso nas cinco principais categorias sócio-ocupacionais de maior densidade relativa em 1982 e 2022. No primeiro ano, eram as categorias dos profissionais dos serviços pessoais ou sociais, agentes de capacitação, técnicos e agentes de saúde, trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal e trabalhadores domésticos. No último ano, eram os profissionais da medicina, profissionais dos serviços pessoais e sociais, profissionais das ciências, profissionais da gestão e dos negócios e agentes de capacitação. Isto é, antes eram, principalmente, categorias das classes intermediárias e popular da estrutura social e, posteriormente, passaram a ser categorias, sobretudo, da classe média-alta, que quase que em sua totalidade necessitam de uma formação de nível superior para serem exercidas.

Os homens negros correspondiam a 22,5% da população ocupada total, em 1982, proporção igual a das mulheres brancas no mesmo ano. Porém, eles eram sub-representados em todas as categorias sócio-ocupacionais das classes dirigente e média-alta e em quase todas das classes média-média e média-baixa, com exceção da categoria dos agentes da administração e segurança públicas (classe média-média) e artesão e agentes da cultura (classe média-baixa). Nas frações da classe popular, eles eram super-representados em quase todas as categorias sócio-ocupacionais. Somente naquelas categorias consideradas como tipicamente femininas é que apresentavam sub-representação (trabalhadores domésticos, trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal, trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento e operários da indústria tradicional¹⁰).

Embora tenha havido aumento da proporção de homens negros na população ocupada total – para 29,6% –, e tenha aumentado a densidade relativa na maioria das categorias sócio-ocupacionais das classes dirigente e média-alta, em nenhuma delas eles deixaram de ser sub-representados em 2022. Algo semelhante também se verifica nas categorias das classes média-média e média-baixa, apesar de terem se tornado super-representados, também, nas categorias dos gerentes e supervisores (classe média-média) e dos técnicos em processos produtivos e de suporte (classe média-baixa). Na classe popular, em geral, a situação não se modificou ao longo desses 40 anos. Eles continuaram sendo super-representados na maioria das categorias sócio-ocupacionais, com exceção daquelas tipicamente femininas e ligadas às atividades reprodutivas, tendo aumentado sua densidade relativa nas categorias dos trabalhadores dos serviços de limpeza, trabalhadores dos serviços de entrega, trabalhadores dos transportes de passageiros e operários da indústria moderna.

O sentido da manutenção da posição social dos homens negros entre 1982 e 2022 pode ser ilustrado pelas cinco categorias de maior densidade relativa em cada um dos anos. Em 1982, as maiores densidades relativas se apresentavam nas categorias dos operários da construção civil, trabalhadores da agricultura, trabalhadores dos serviços de vigilância, trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção e trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas. Em 2022, eram os trabalhadores dos serviços de entrega, operários da construção civil, trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção, trabalhadores dos serviços de vigilância e trabalhadores dos transportes de passageiros. Todas as categorias sócio-ocupacionais do trabalho manual, que se constituíram socialmente como tipicamente masculinas.

As mulheres negras correspondiam a 13,7% da população ocupada total em 1982. Elas praticamente não eram representadas nas classes dirigente e média-alta, pois suas densidades relativas nas categorias sócio-ocupacionais dessas frações de classe ou eram zero ou estavam próximas de zero. A elevada sub-representação se verificava, também, na classe média-média, com exceção da categoria dos profissionais dos serviços pessoais ou sociais em que apresentavam super-representação. Na classe média-baixa, também se apresentavam algumas categorias com densidade próximas de zero, mas outras que apresentavam densidade próximas de 1 ou até acima, como era a categoria de técnicos e agentes da saúde. Nas categorias da classe popular, apresentavam sub-representação, próxima de zero, nas categorias tipicamente masculinas, e super-representação nas categorias tipicamente femininas – trabalhadores domésticos, trabalhadores dos serviços de limpeza, trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal e operários da indústria tradicional. As três primeiras categorias com densidade relativa acima de 2, demonstra que a representação nessas categorias correspondia a mais do que o dobro de mulheres negras na população ocupada. Na categoria de trabalhadores domésticos, todavia, a densidade relativa era 4, portanto, uma proporção de mulheres negras nessa categoria 4 vezes maior do que a existente na população ocupada.

A proporção de mulheres negras, em 2022, na população ocupada total aumentou para 22,5%. No entanto, a sua configuração, em geral, permaneceu a mesma de 40 anos atrás. Apesar da elevação da densidade relativa em todas as categorias sócio-ocupacionais das classes dirigente e média-alta, elas continuaram sub-representadas nessas posições superiores. Além disso, houve aumento da densidade relativa em todas as categorias da classe média-média, mas apresentou super-representação somente entre os profissionais dos serviços pessoais ou sociais. Na classe média-média, foi onde se verificou algumas mudanças, pois em duas categorias as mulheres negras conseguiram alcançar super-representação – trabalhadores do apoio administrativo e agentes de capacitação – e preservar a super-representação de técnicos e agentes de saúde, embora tenha havido redução da densidade relativa nessa última categoria sócio-ocupacional. Nas categorias da classe popular, manteve-se praticamente a configuração de 40 anos antes, apesar de ter havido redução importante na densidade relativa daquelas categorias de maior super-representação das mulheres negras: trabalhadores domésticos, trabalhadores dos serviços de limpeza, operários da indústria tradicional e trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal. Também houve aumento da densidade relativa dos

trabalhadores do comércio e dos trabalhadores ambulantes. Isso demonstra que, apesar de as mulheres negras continuarem super-representadas em categorias vinculadas às atividades reprodutivas, elas também têm conseguido outras inserções laborais.

Apesar de certa abertura do mercado de trabalho, a ilustração das cinco categorias sócio-ocupacionais de maior densidade relativa mostra a forte inércia social observada em relação às mulheres negras na estrutura social. Em 1982, as principais categorias ocupadas pelas mulheres negras eram de trabalhadores domésticos, trabalhadores dos serviços de limpeza, trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal, técnicos e agentes da saúde e trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento. Em 2022, as categorias de maior densidade relativa passaram a ser a de trabalhadores domésticos, trabalhadores dos serviços do cuidado e da beleza pessoal, trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento, técnicos e agentes de saúde e profissionais dos serviços pessoais ou sociais. Portanto, embora tenham mantido super-representação em categorias sócio-ocupacionais da classe popular, as mulheres negras passaram a ocupar posições mais elevadas, sobretudo em categorias intermediárias da estrutura social, mesmo sendo aquelas vinculadas às atividades reprodutivas.

A análise da densidade relativa permitiu compreender que, apesar de ter havido certa abertura no mercado de trabalho para a ampliação de homens negros e mulheres negras em posições sociais mais elevadas da estrutura social, esses grupos sociais continuam sub-representados nessas posições superiores. O grupo social que mais se beneficiou nesses 40 anos foi o de mulheres brancas, que conseguiram ampliar sua representação nas categorias sócio-ocupacionais das classes dirigentes e médio-alta. Embora tenham, em geral, reduzido sua densidade relativa, os homens brancos continuaram sendo o grupo mais super-representado nessas posições superiores da estrutura social. Foi nas categorias das classes média-média e média-baixa que a abertura do mercado de trabalho mais se verificou, particularmente para as mulheres negras. Apesar disso, essa ampliação se verificou naquelas categorias tipicamente femininas e, no caso dos homens negros, naquelas categorias tipicamente masculinas. Embora tenha reduzido sua densidade relativa, as mulheres brancas e as mulheres negras continuaram super-representadas nas categorias sócio-ocupacionais da classe popular caracterizadas como atividades reprodutivas e os homens negros, principalmente, às categorias tipicamente masculinas.

Tabela 2

Densidade relativa das frações de classe e categorias sócio-ocupacionais segundo o sexo e a raça da população ocupada das metrôpoles brasileiras – 1982 e 2022

Fração de classe / Categorias Sócio-ocupacionais	1982					2022				
	Sexo e Raça				Total	Sexo e Raça				Total
	HB	MB	HN	MN		HB	MB	HN	MN	
1,00 Classe dirigente	1,9	0,5	0,4	0,1	1,0	1,8	1,2	0,6	0,4	1,0
11,00 Grandes empregadores	2,0	0,4	0,3	0,0	1,0	2,2	1,0	0,6	0,2	1,0
12,00 Dirigentes do setor público	1,4	1,0	0,7	0,2	1,0	1,6	1,0	0,8	0,7	1,0
13,00 Dirigentes do setor privado	2,1	0,3	0,3	0,1	1,0	1,6	1,5	0,6	0,4	1,0
2,00 Classe média-alta	1,7	0,9	0,3	0,2	1,0	1,6	1,5	0,5	0,5	1,0
21,00 Profissionais da medicina	1,7	1,0	0,2	0,2	1,0	1,6	2,0	0,3	0,3	1,0
22,00 Profissionais da engenharia e da arquitetura	2,0	0,4	0,2	0,1	1,0	2,1	1,0	0,6	0,3	1,0
23,00 Profissionais da gestão e dos negócios	1,6	0,9	0,4	0,2	1,0	1,3	1,7	0,4	0,7	1,0
24,00 Profissionais da tecnologia da informação	1,7	1,0	0,3	0,1	1,0	2,0	0,9	0,8	0,3	1,0
25,00 Professores universitários	1,4	1,5	0,2	0,3	1,0	1,7	1,4	0,4	0,6	1,0
26,00 Profissionais das ciências (naturais, sociais e humanas)	1,4	1,4	0,4	0,2	1,0	1,1	1,7	0,5	0,8	1,0
3,00 Classe média-média	1,1	1,3	0,8	0,5	1,0	1,0	1,4	0,7	1,0	1,0
31,00 Pequenos empregadores	1,6	0,7	0,7	0,2	1,0	1,5	1,0	0,9	0,6	1,0
32,00 Profissionais da comunicação e das artes	1,5	0,9	0,7	0,2	1,0	1,3	1,4	0,8	0,6	1,0
33,00 Profissionais dos serviços pessoais ou sociais	0,3	3,0	0,1	1,2	1,0	0,5	2,0	0,3	1,5	1,0
34,00 Gerentes e supervisores	1,4	1,0	0,7	0,3	1,0	1,2	0,9	1,2	0,6	1,0
35,00 Agentes da administração e segurança públicas	1,4	0,2	1,6	0,2	1,0	1,3	0,8	1,3	0,5	1,0
4,00 Classe média-baixa	0,9	1,6	0,6	0,9	1,0	0,9	1,3	0,8	1,1	1,0
41,00 Agentes comerciais	1,8	0,5	0,5	0,1	1,0	1,5	1,2	0,7	0,7	1,0
42,00 Técnicos em processos produtivos e de suporte	1,5	0,7	0,8	0,4	1,0	1,6	0,6	1,2	0,5	1,0
43,00 Técnicos e agentes da saúde	0,3	2,1	0,3	2,2	1,0	0,4	1,4	0,6	1,7	1,0
44,00 Agentes de capacitação	0,5	2,7	0,2	1,0	1,0	0,8	1,6	0,7	1,1	1,0
45,00 Trabalhadores do apoio administrativo	0,9	1,7	0,6	0,8	1,0	0,7	1,4	0,7	1,3	1,0
46,00 Artesãos e agentes da cultura, da arte, do desporto e da religião	1,3	0,7	1,1	0,4	1,0	1,0	1,4	0,8	0,9	1,0

Tabela 2

Densidade relativa das frações de classe e categorias sócio-ocupacionais segundo o sexo e a raça da população ocupada das metrópoles brasileiras – 1982 e 2022 (cont.)

Fração de classe / Categorias Sócio-ocupacionais	1982					2022				
	Sexo e Raça				Total	Sexo e Raça				Total
	HB	MB	HN	MN		HB	MB	HN	MN	
5,00 Proletariado da indústria	1,0	0,9	1,1	0,9	1,0	1,2	0,6	1,3	0,7	1,0
51,00 Operários da indústria moderna	1,4	0,3	1,5	0,3	1,0	1,6	0,2	1,7	0,3	1,0
52,00 Operário da indústria tradicional	0,6	1,6	0,8	1,6	1,0	0,8	1,1	0,9	1,2	1,0
6,00 Proletariado dos serviços	1,1	0,7	1,3	0,8	1,0	0,9	0,8	1,1	1,2	1,0
61,00 Trabalhadores dos transportes de cargas e logísticas	1,4	0,0	2,0	0,0	1,0	1,5	0,1	1,9	0,1	1,0
62,00 Trabalhadores dos transportes de passageiros	1,4	0,1	1,7	0,1	1,0	1,4	0,1	1,9	0,2	1,0
63,00 Trabalhadores do comércio	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	0,9	0,9	1,4	1,0
64,00 Trabalhadores dos serviços de reparo e manutenção	1,3	0,0	2,0	0,0	1,0	1,3	0,1	2,1	0,1	1,0
65,00 Trabalhadores dos serviços de vigilância	1,3	0,0	2,1	0,0	1,0	1,2	0,2	2,1	0,2	1,0
66,00 Trabalhadores dos serviços de alimentação e alojamento	0,8	1,1	0,8	1,7	1,0	0,5	1,1	0,8	1,7	1,0
67,00 Trabalhadores dos serviços de cuidado e da beleza pessoal	0,3	2,0	0,3	2,5	1,0	0,3	1,5	0,3	2,2	1,0
7,00 Proletariado da produção do ambiente construído	1,1	0,0	2,3	0,0	1,0	1,2	0,1	2,2	0,1	1,0
71,00 Operários da construção civil e dos serviços de utilidade pública	1,1	0,0	2,3	0,0	1,0	1,2	0,1	2,2	0,1	1,0
8,00 Subproletariado	0,5	1,3	0,6	2,7	1,0	0,6	0,8	1,0	1,6	1,0
81,00 Trabalhadores dos serviços de entrega	1,4	0,1	1,8	0,1	1,0	1,2	0,0	2,2	0,1	1,0
82,00 Trabalhadores dos serviços de limpeza	0,5	1,1	0,9	2,6	1,0	0,7	0,6	1,4	1,2	1,0
83,00 Trabalhadores ambulantes	1,1	0,9	1,0	0,8	1,0	0,7	1,0	1,1	1,3	1,0
84,00 Trabalhadores domésticos	0,1	1,8	0,1	4,0	1,0	0,1	1,3	0,1	2,9	1,0
9,00 Trabalhadores rurais	1,0	0,1	2,2	0,4	1,0	1,1	0,4	1,8	0,4	1,0
91,00 Trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura etc.	1,0	0,1	2,2	0,4	1,0	1,1	0,4	1,8	0,4	1,0
Total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 1982 e PNAD Contínua de 2022, do IBGE, e da Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles (2023).

Conclusões

A análise das mudanças da estrutura social das metrôpoles brasileiras precisa considerar três constatações importantes que se apresentaram nesses 40 anos: as alterações da participação das frações de classe nesse período, o aumento da proporção de pessoas negras e o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho. Vimos que ocorreu ampliação proporcionalmente maior nas frações da classe média-alta, da classe média-média, da classe média-baixa e, principalmente, do proletariado dos serviços. Ao lado disso, ocorreu redução das frações da classe dirigente, do proletariado da produção do ambiente construído, do subproletariado, dos trabalhadores rurais e, sobretudo, do proletariado da indústria. Significou modificações nas ocupações do mercado de trabalho, tornando a estrutura sócio-ocupacional caracterizada mais pelas atividades de serviços, tanto daquelas de maior qualificação e exigência de nível de instrução superior para a sua realização quanto dos serviços de menor qualificação e menor nível de escolaridade.

A hipótese que aludimos para a interpretação do aumento de pessoas negras foi de mudanças na autodeclaração de cor ou raça nas pesquisas domiciliares, objeto empírico do nosso estudo. Essas mudanças de autodeclaração decorreriam de maior conscientização na sociedade sobre a questão racial brasileira, que passou a ser mais debatida e difundida a partir da década de 2000 (Guimarães, 2023). O efeito prático da maior conscientização social seria muitas pessoas que antes se autodeclaravam pardas passarem a se autodeclarar pretas – o que não mudaria a proporção de pessoas negras, pois essa categoria é analiticamente construída pela junção de pessoas pretas e pardas – e muitas pessoas que se autodeclaravam brancas passaram a se autodeclarar pardas. Essa hipótese ajuda a explicar o motivo do aumento proporcionalmente maior de pessoas negras no mercado de trabalho, de homens e de mulheres, tendo em vista que todos os grupos raciais ampliaram o número absoluto de pessoas ocupadas. Todavia, parte da ampliação de pessoas negras nas posições mais elevadas deve ser explicada por maior abertura do mercado de trabalho e, provavelmente, associada às políticas de inclusão e de expansão do ensino superior no país, com destaque especial para a Lei de cotas raciais (Lei Federal nº 12.771/2012), tendo em vista que houve crescimento da demanda de trabalho naquelas categorias sócio-ocupacionais que estão em frações de classes superiores e intermediárias, como foram as classes média-alta, média-média e média-baixa (Gomes, 2011; Munanga, 2007).

A constatação do aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho decorre da manutenção da participação das mulheres brancas na população ocupada, em 22,5%, e do crescimento da participação das mulheres negras, de 13,7% para 22,5%, no período de 1982 a 2022, permitindo a ampliação da participação feminina na população ocupada, pois, antes, as mulheres correspondiam a 36,2% e passaram a corresponder a 45%. Essa ampliação feminina no mercado de trabalho é interpretada sob a hipótese de mudanças demográficas e familiares ocorridas na sociedade brasileira, bem como com as mudanças nos valores e comportamento sociais que permitiram maior participação das mulheres nas atividades econômicas (Andrade, 2009). Nesse estudo, verificamos que a ampliação feminina no mercado de trabalho aconteceu, principalmente, nas frações da classe dirigente, da classe média-alta, da classe média-média e do proletariado dos serviços – quando se considera a densidade relativa conjunta de mulheres brancas e mulheres negras. Contudo, foram as mulheres brancas que mais cresceram nas duas primeiras frações de classe da estrutura social, ao passo que no proletariado dos serviços foram as mulheres negras. Na classe média-média, as mulheres negras tiveram maiores ampliações, mas sem ultrapassar o patamar registrado pelas mulheres brancas, que também aumentaram no período. Isso significa que parte importante das mulheres que entraram no mercado de trabalho apresentavam requerimentos compatíveis com os exigidos pelas ocupações que constituem as categorias superiores e intermediárias da estrutura de classes, em geral, essas mulheres eram brancas. Outra parte das mulheres só conseguiram inserção em ocupações de posições sociais inferiores da referida estrutura, em geral, essas mulheres eram negras, demonstração de um processo de integração subalterna no mercado de trabalho, corroborado por uma perspectiva ampliada da análise de Sueli Carneiro (2003). Tal processo de exclusão das mulheres negras de ocupações de maior estabilidade, prestígio e poder, mantendo-as em posição de desvantagem social também foi pontuada por Santos (2016) ao discutir o gênero e a raça enquanto marcadores da persistência das desigualdades sociais, mostrando a conjugação do sexismo e do racismo como processo que incide sobre a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho.

Quando observamos apenas as mulheres brancas, poderíamos considerar que a manutenção de sua participação na população ocupada nessas quatro décadas (22,5%) e, ao mesmo tempo, a ampliação de sua densidade relativa nas posições mais elevadas da estrutura de classe se deveram à maior abertura do mercado de trabalho para a incorporação das mulheres brancas em ocupações que representam posições superiores da estru-

tura social. No entanto, quando refletimos que a ampliação feminina do mercado de trabalho pode ter ocorrido de modo indiscriminado entre mulheres brancas e mulheres negras, a manutenção da participação das mulheres brancas e o elevado crescimento da participação das mulheres negras pode ter ocorrido de modo conjugado com as mudanças de auto-declaração nas categorias de cor ou raça das pesquisas domiciliares. Isso significa que, tendo aumentado a participação de mulheres no mercado de trabalho, esse aumento se deu tanto com mulheres brancas quanto com mulheres negras. Se isso é verdade, a manutenção da participação das mulheres brancas pode ter decorrido de mudanças na autodeclaração de parte delas, provavelmente alterando sua categoria de branca para parda e tornando mais nítida a posição social das mulheres brancas.

Consideramos que houve maior abertura do mercado de trabalho nas posições mais elevadas da estrutura de classes, tanto é assim que houve aumento da densidade relativa não apenas para as mulheres brancas, mas, também, para as mulheres negras e para os homens negros, apesar de ser em menor proporção e de continuarem ainda sub-representados. Contudo, o destaque da participação das mulheres brancas nessas posições mais elevadas pode também ter decorrido de mudanças na autodeclaração de cor ou raça nas pesquisas domiciliares. Isso significa que o mercado de trabalho em 1982 poderia apresentar um corte racial mais nítido na análise das posições superiores. Só não era tão destacado em relação às mulheres brancas, porque parte das mulheres¹¹ que passaram a se autodeclarar como pardas era classificada como brancas. De todo modo, em 2022, ao considerar as posições superiores da estrutura de classes, observa-se que ela é muito mais marcada pelo corte racial do que pelo corte de sexo, apesar de continuar existindo nítida hierarquia entre homens brancos e mulheres brancas e entre homens negros e mulheres negras, mas de modo muito mais suave que as observadas entre pessoas brancas e pessoas negras. Essa visualização de alterações ao longo do tempo mostra a importância da análise interseccional em estudos populacionais, reconhecendo os marcadores de raça e gênero, integrados com a classe, como estruturantes para se identificar as diferentes situações de desvantagens e desigualdades sociais no Brasil (Santos, 2016; Hirata, 2014).

Ainda a respeito da inserção de mulheres brancas e pessoas negras em posições ocupacionais superiores, recuperamos, como um dos pontos explicativos, a expansão no ensino superior (público e privado no país) como também a política de cotas raciais (Senkevics, 2021; Lima, Campos, 2020). Baseado em tal análise, emerge, como um dos desdobramentos

importantes deste estudo, a necessidade de pesquisas mais aprofundadas acerca da relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho, em especial no que tange às diferenciações entre gênero e raça/cor, a fim de se aprofundar a investigação do quadro de desigualdades sociais existentes nas metrópoles brasileiras.

Por fim, as constatações deste estudo evidenciam o enorme desafio de superação das desigualdades sociais no Brasil, pois são constatações referentes às principais metrópoles do país, espaços caracterizados por maior diversidade e complexidade de sua estrutura econômica e do seu mercado de trabalho. Seriam, a rigor, espaços com maior abertura para a inserção dos diferentes grupos raciais ou de sexo na estrutura social, mas como pudemos observar, apesar de maior ampliação dos grupos sociais de maior desvantagem social em posições mais elevadas, eles ainda continuam sub-representados e a sua inserção, por menor que seja, não significou, necessariamente, redução daqueles grupos historicamente privilegiados, como são os homens brancos.

(Recebido para publicação em 12 de abril de 2024)

(Reapresentado em 29 de agosto de 2024)

(Aprovado para publicação 14 de setembro de 2024)

Notas

1. A Lei Federal nº 12.771/2012, conhecida como a “Lei das Cotas”, estabeleceu a obrigatoriedade da reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, com alocação de vagas para pretos, pardos e indígenas em todas as universidades federais do país.
2. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Também foi incluído Brasília, correspondente ao Distrito Federal.
3. Apesar de haver diferenças em termos de cor da pele, há diversas semelhanças entre as pessoas pardas e pretas, especialmente no tema das desigualdades sociais.
4. As pessoas de cor amarela são aquelas de origem asiática. Historicamente, no Brasil, elas apresentavam perfil social semelhante ou mesmo superior às pessoas brancas, motivo que nos levou a incorporá-las na categoria branca.
5. Esse aumento de pessoas negras na população ocupada é compatível com o observado na população de 14 anos ou mais de idade das metrópoles, tendo em vista que em 1982 as pessoas negras (homens e mulheres) desse segmento etário correspondiam a 35,4% e, em 2022, elas passaram a corresponder a 52,6%.
6. A referência ao mercado de trabalho diz respeito, neste artigo, apenas à população ocupada.
7. Neste caso, se refere às frações de classe e às categorias sócio-ocupacionais, conforme descrito no Quadro 1.

8. A designação de uma categoria ou fração de classe como tipicamente masculina (ou feminina) quer dizer, neste artigo, que ela foi construída socialmente ao longo da história com a participação expressiva de homens (ou de mulheres). Não quer dizer, todavia, que essas categorias ou frações de classe se constituem naturalmente como sendo masculinas (ou femininas).
9. A densidade relativa corresponde à razão de proporções, em que no denominador está a proporção do grupo de referência na população total. Se o resultado for igual a 1, significa que a proporção de um grupo específico em determinada categoria sócio-ocupacional ou fração de classe é a mesma que a encontrada desse grupo na população ocupada. Sendo maior que 1, a proporção no grupo específico é maior que na população ocupada, e menor que 1, é menor do que na população ocupada.
10. Operários da indústria tradicional não são, necessariamente, uma categoria tipicamente feminina. Contudo, no seu interior está contida a ocupação de operadores de máquina de costura, por exemplo, por muito tempo considerada ocupação característica de mulheres.
11. Não se trata, contudo, das mesmas pessoas, porque são pesquisas amostrais e a diferença temporal é de 40 anos. No entanto, muitas autodeclarações pardas que ocorrem hoje poderiam ser brancas se não tivesse acontecido mudanças sociais importantes que provocaram maior reflexão sobre a questão racial brasileira.

Referências

- Abramo, Laís. (2006), “Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro”. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 4, p. 40-41. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso
- Andrade, Silvana. (2009), “Para além do ‘teto de vidro’: o trabalho feminino e as representações do ‘ideal’ de mulher executiva”. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/62780>.
- Akotirene, Carla. (2019), *Interseccionalidade / Carla Akotirene*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- Beltrão, Kaizô; Alves, José. (2009), “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, pp. 125-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>.
- Bourdieu, Pierre. (2008), *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk.
- Brasil. (2022), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Brasília: Inep.
- Carneiro, Sueli. (2003), “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, pp. 117-133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>
- Collins, Patricia; Bilge, Sirma. (2021), *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo.
- Couto, Marcia Thereza et al. (2019), “La perspectiva feminista de la interseccionalidad en el campo de la salud pública: revisión narrativa de las producciones teórico-metodológicas”. *Salud Colectiva*, v.15:e1994. Disponível em: <https://doi.org/10.18294/sc.2019.1994>.
- Crenshaw, Kimberlé. (2018), *Kimberlé Crenshaw: What is intersectionality?*. Canal do Youtube: National Association of Independent Schools (NAIS). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ViDtnfQ9FHC> Acesso em 15 mar 2024.
- Gomes, Maria. (2020), “A indústria de transformação no Brasil: o debate da desindustrialização e os desafios da indústria 4.0”. *Entre-Lugar*, v. 11, pp. 139-168. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/el.v11i22.11609>.
- Gomes, Nilma. (2011), “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.]*, v. 27, n. 1. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971>.
- Guimarães, Antonio. (2023), “Raça e cor no Brasil contemporâneo, oportunismo político e tendência histórica”. Comunicação coordenada - palestra dada no Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Federal da Bahia. ResearchGate Disponível em: DOI:10.13140/RG.2.2.29697.63842
- Hirata, Helena. (2014), “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

Interseccionalidade da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. (1982). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=downloads>
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC. (2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.
- Jacinto, Paulo; Ribeiro, Eduardo. (2015), “Crescimento da produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade”. *Economia Aplicada*, v. 19, n. 3, p. 401-427. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/8YMcnn8j6TNTwjpjgHHfMsf/#>
- Lima, Márcia; Campos, Luiz Augusto. (2020), “Apresentação: inclusão racial no ensino superior. Impactos, consequências e desafios”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, n. 2, pp. 245-254. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020001>.
- Machado, Bárbara. (2020), A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Munanga, Kabengele. (2007), “Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 4, n. 2. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>.
- Nascimento, Elaine et al. (2019), “A interseccionalidade de raça e gênero no acesso ao mercado de trabalho: uma breve análise dos dados do IBGE”. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7, n. especial, pp. 68-83. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-8133-769X>.
- Observatório das Metrôpoles. (2023), *Estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles. (Relatório de Pesquisa)*. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/estrutura-socio-ocupacional-do-observatorio-das-metropoles/>
- Paiva, Paulo; Wajnman, Simone. (2005), “Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 303-322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982005000200008>
- Pereira, Bruna. (2021), “Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade”. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, pp. 445-454. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>
- Ribeiro, Marcelo G. (2024), “Estrutura sócio-ocupacional das metrôpoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos”. *Cadernos Metrôpoles*, v. 26, n. 59, pp. 19-42. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/61272/43745>
- Ribeiro, Rosa. (2015), “Transformações domiciliares: arranjos, trabalho e renda”. In: L. C. de Q. Ribeiro (org.), *Rio de Janeiro: Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Santos, Yumi. (2016), “Até quando *outsiders*? Gênero e raça, marcadores da persistência das desigualdades sociais”. In: N. Itaboraí; A. Ricoldi (orgs.), *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?*. Belo Horizonte: Abep.

- Senkevics, Adriano. (2021), “A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020”. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Cenários do Direito à Educação*, v. 3 n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>
- Silva, Natália. (2018), *Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Trevisol, Joviles; Nierotka, Rosileia. (2015), “‘Lei das cotas’ e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro”. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 17, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2406>.
- Wajnman, Simone. (2016), “‘Quantidade’ e ‘qualidade’ da participação das mulheres na força de trabalho brasileira”. In: N. Itaborá; A. Ricoldi (orgs.), *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?*. Belo Horizonte: Abep, pp. 45-58.